

# PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no século XIX: tramas, telas e Textos*

Patricia Funes

São Paulo: EDUSP; Bauru: EDUSC, 1999, 228 p.

Palavras-chave: História política, biografias, representações.

Keywords: Political history, biographies, representation.

Em *América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos*, Maria Ligia Prado trabalha tanto tópicos clássicos do pensamento político latino-americano do século XIX quanto novos temas, produto das últimas revisões da história política: velhos e novos problemas abordados a partir de uma perspectiva atualizada e inovadora<sup>1</sup>. Borges, resgatando o processo da leitura e da interpretação, certa vez escreveu: “A veces creo que los buenos lectores son cisnes aun más tenebrosos y singulares que los buenos autores.”

Maria Ligia lê e analisa biografias, novelas, relatos de viajantes, quadros e pinturas para interpretar as sociedades latino-americanas do século XIX, especialmente no que se refere à produção de idéias e de imaginários políticos.

Procedamos por círculos concêntricos, partindo de fora para dentro. O livro (editado pela EDUSP e EDUSC em 1999) é um objeto primorosamente elaborado, impresso com esmero e acompanhado por ilustrações muito bem escolhidas, que se tornam imprescindíveis, como no caso do artigo sobre as representações pictóricas da natureza nos Estados Unidos e no Rio da Prata (“Natureza e Identidade Nacional nas Américas”). Este cuidado estético não pretende ser trivial, uma vez que se encontra associado a uma das preocupações da autora com relação ao suporte material da leitura: como se lê, como circulam os textos e para quem estão dirigidos (remeto ao artigo sobre novelas voltadas a um público feminino, editadas pela Imprensa Régia no Brasil Joanino). Maria Ligia também incorpora epígrafes e citações literárias, que em geral são pedras de toque um tanto misteriosas, mas que sempre sugerem uma intenção a decifrar.

A autora nos propõe sete ensaios de história das idéias políticas e das representações e imaginários sociais, tecendo uma trama menos visível e mais sutil, mas sempre operante, aludida no próprio título do livro.

Dissemos que a autora revisa alguns problemas clássicos da historiografia do século XIX, as emblemáticas questões sobre a Independência, enfocada aguda e originalmente em dois dos ensaios. O primeiro analisa a participação das mulheres no processo revolucionário e, mais concretamente, o apagamento e o nivelamento deste protagonismo na historiografia do século XIX a partir dos relatos biográficos. Assim, nos apresenta o processo independentista pelo reverso da tela e mostra os mecanismos de ocultamento e “feminilização” desta participação contestatória e rebelde, operação pedagógico-moralizante dirigida a fixar imagens de “bom comportamento”. Este interessantíssimo contraponto que Maria Lígia realiza entre a recuperação e a reconstrução do papel político das mulheres (Juana Azurduy, Manuela Sáenz, Leona Vicario, Policarpa Salavarrieta) e estas biografias, escritas por homens, desvela um imaginário de nação no qual a família é a metáfora. O lugar da mulher corresponde à moral católica de “mãe e esposa”, à ordem privada e não à pública; em síntese, a valores tradicionais, precisamente num momento em que se recusa esta ordem e em que a vocação é preensamente secularizadora na ordem política.

O outro ponto abordado na questão da Independência é o das relações entre a Igreja e o processo de ruptura revolucionária e, dentro disto, o papel do clero revolucionário: Hidalgo, Morelos, Camilo Torres, Luis Vieira são associados aos movimentos das classes subalternas. É interessante aqui a reflexão aguda de Maria Lígia acerca das tensões entre os novos e velhos princípios de legitimidade política no interior do clero – cruzado por referências ideológicas diversas, mas explicáveis em seu contexto sociopolítico – e também e particularmente no caso de Hidalgo é instigante a análise da autora a respeito dos dilemas entre liberdade e violência dentro de um contexto revolucionário.

A brecha entre utopias políticas e resultados na construção de uma nova ordem – a distância entre os sonhos e as desilusões – é uma questão que Maria Lígia problematiza neste artigo e em outros dois: refiro-me ao inteligente trabalho sobre as visões acerca da soberania popular, seus recortes e adaptações no pensamento de Luis María Mora e Esteban Echeverría e também em sua leitura de **Facundo**, de Sarmiento (“Para Ler o **Facundo** de Sarmiento”). As peripécias na construção dos estados e nações, das identidades e do poder, e o papel da igreja, da ciência e do positivismo, objetivados na criação de instituições universitárias, são analisados com destreza pela autora, comparativamente em três países: Brasil, México e Chile (“Universidades, Estado e Igreja na América Latina”).

Mais do que me referir pontualmente a cada um deles, gostaria de assinalar uma preocupação historiográfica e interpretativa, subjacente a vários trabalhos do livro e que, a meu juízo, está na base das intenções da autora ao pensar na relação entre as idéias e a política. Consideramos que o livro de Maria Lígia nos

propõe abordagens sugestivas e instigadoras do ponto de vista da disciplina e da metodologia. Grande parte dos trabalhos é comparativa, estratégia que lança luz sobre traços comuns das sociedades e da política latino-americanas, mas particularmente sobre as especificidades e singularidades de cada processo. O exercício comparativo é uma ferramenta que permite romper com o componente “nacionalitário” e “nacionalizante” que teve a história política tradicional, e ao mesmo tempo abrir a análise a visões menos endogâmicas e autofágicas.

Maria Ligia adverte: “Para defender-se das habituais acusações de elitista, ideológica, particular, factual, nacionalista, a história política teve que repensar suas abordagens e indicar caminhos de investigação inovadores.” Assim, a atuação humana, as subjetividades, a longa duração, a fixação de símbolos identitários são buscas às quais a autora recorre em seu rigoroso trabalho, com resultados muito férteis e explicativos.

Por outra parte, já no terreno das idéias políticas e em épocas de orfandades e intempéries teóricas globalizadoras, em nosso entender a autora não cai em alguns riscos aos quais estão expostos aqueles que trabalham com a produção textual e discursiva. Mais concretamente, Maria Ligia evita o risco do “reducionismo lingüístico ou discursivo” que, no limite, chega a delinear a natureza exclusivamente ficcional da narrativa histórica.

Pensamos que ao abordar o campo das idéias, das ideologias, do pensamento, da produção intelectual, corre-se o risco de enredar-se em dois tipos de atitudes: a de pensar em uma “soberania” do mundo das idéias, em que estas se geram e se reproduzem com uma autonomia absoluta numa espécie de território “nebuloso” cujo império é o das meras representações, situadas em algum lugar “acima” das sociedades. Uma segunda atitude é a da ultra-simplificação da linguagem política, que se autolegitima circularmente por estar impregnada do social. A esta complexidade haveria que acrescentar ainda uma outra, já “clássica” entre os analistas das sociedades latino-americanas: a obsessão pela cópia ou a originalidade do pensamento latino-americano, já anunciada nos debates sobre as idéias inspiradoras do processo independentista. A velha visão entre o universal e o particular, inerente à modernidade, cobra, nessas sociedades nas quais a modernidade foi e é um tema controverso, uma vigorosa centralidade. Assim, aqueles que sublinham o caráter de mera “cópia” ou “reflexo” no campo das idéias não deixam de dar uma explicação muito tranquilizadora no momento de analisar os limites e frustrações dessas ideologias para entender estas sociedades, e de atribuir a essa “colonização” ideológica uma quota de responsabilidade nada desdenhável para explicar suas “disciplinas pendentes”. O avesso desta atitude que, entretanto, circula na órbita do mesmo eixo, é considerar os “modelos clássicos”, as “idéias originais” (o liberalismo, o positivismo, o romantismo, o na-

turalismo e também os nada vernáculos “nacionalismos”, por exemplo) corpos fechados e acabados que, ao serem contrastados com as “indóceis” sociedades latino-americanas e com suas produções intelectuais (tão obstinadamente resistentes a disciplinarem-se no perímetro destes marcos) dão como resultado uma caracterização destas sociedades como “incompletas”, “inacabadas”, “disformes”, ou sob o império interpretativo dos “proto” ou dos “sub”.

Maria Ligia adverte para estes riscos, por exemplo, ao referir-se a positivistas e liberais, refletindo: “Não se trata, como afirmam tantos, de uma má compreensão ou de uma deformação das idéias matrizes, e sim de uma consciência bastante clara desses atores, para quem as idéias estão sempre a serviço de uma causa político-social, fato que os levou a fazer leituras peculiares dos textos filosóficos clássicos. As ambigüidades encontradas explicam-se, para o historiador, pela análise dos cruzamentos entre os vários campos e por seu entendimento dentro de cada contexto social particular.”<sup>22</sup>

O caminho que Maria Ligia elege – a nosso ver, com êxito – para evitar estes deslizamentos, é o de trançar a produção ideológica aos contextos sociopolíticos, (re)situando as idéias no tabuleiro do poder, forma pela qual consegue diferenciar-se tanto das visões teleológicas como das essencialistas.

Para não me alongar demasiado, agrego um pequeno parágrafo sobre o assunto e sensível ensaio a respeito das possíveis leituras da natureza na conformação das identidades nacionais; em minha opinião, este é um artigo cheio de criatividade que estimula pensar a respeito de variadas questões, tanto por sua construção quanto por sua análise. A natureza para o historiador, diz-nos Prado, é um objeto sobre o qual se elaboram representações que comportam visões de mundo, repertórios diversos constitutivos da identidade, do território e da nacionalidade. Neste sentido, sua comparação das obras de Turner e Sarmiento, acompanhada pela leitura das imagens dos pintores do Rio Hudson e dos viajantes do Rio da Prata no começo do século XIX, parece-nos um exercício analítico muito agudo e perspicaz, no qual a autora desenha as cumplicidades entre natureza, política e história.

Pinturas, biografias, romances, telas e textos são suportes nada convencionais que Maria Ligia entrelaça para aproximar-se das sociedades latino-americanas do século XIX, de suas idéias e seus horizontes de pensamento, sem perder de vista a atualidade de algumas problemáticas ou como estas reatam no presente – lugar explícito onde a autora se instala para realizar sua análise.

Para concluir, gostaria de reproduzir a epígrafe de Karl Bauer que abre o artigo sobre a leitura de romances no Brasil joanino: “A postura forçada e a ausência de movimento físico durante a leitura, combinada com essa sucessão tão violenta de idéias e sentimentos [...] cria preguiça, conglutinação, inchaço e obstru-

ção das vísceras, em uma palavra, hipocondria, que, como se sabe, afeta em ambos os sexos os órgãos sexuais e conduz a estancamentos e corrupção do sangue, aspereza e tensões no sistema nervoso, e, em geral, ao enfraquecimento de todo o corpo.” Karl Bauer, 1791.<sup>3</sup>

Não se preocupem. Nada disso ocorre com a leitura deste livro. Ao contrário, por sua escritura ágil e fluida nosso corpo se alonga e se estira. Ativa e estimula novas perguntas e ressignifica velhos problemas através de proposições criativas e originais que nos aproximam da compreensão das sempre complexas e fascinantes sociedades latino-americanas.

#### NOTAS

<sup>1</sup> Este texto foi lido por ocasião da apresentação do livro no Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de San Martín, organizada por este Centro e pelo Instituto Gino Germani, da Universidade de Buenos Aires, em 8 de junho de 2000. Tradução de Stella Maris Scatena Franco.

<sup>2</sup> PRADO, M. Lígia C. América Latina no século XIX: tramas, telas e textos. São Paulo: EDUSP; Bauru: EDUSC, 1999, p. 116-117.

<sup>3</sup> Id., p. 119.